

Capítulo 26 - DOI:10.55232/1084002026

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DA INFÂNCIA NO
CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
EXPERIÊNCIAS DE SI A PARTIR DE UMA ESCOLA E UM
LIXÃO**

Kátia Lira Oliveira, Rodrigo Díaz de Vivar Y Soler

RESUMO: O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental acerca dos processos de subjetivação de crianças que trabalham e vivem em lixões desde o paradigma da Educação Ambiental. Tal estudo está vinculado a linha de pesquisa de Educação, Cultura e Dinâmicas Sociais do Mestrado em Educação da FURB. Esta pesquisa recorta como objeto os conteúdos das imagens presentes no documentário Infância Roubada. A escolha por tal objeto busca identificar peculiaridades de um percurso ambiental e socioeconômico que exprime um retrato de infância particularizado e sua correlação com os processos de subjetivação. O método utilizado procurou caracterizar a realidade vivenciada nos lixões em seus aspectos socioambientais e econômicos. Foi realizada uma análise documental das entrevistas efetivadas no documentário juntamente com as suas imagens. Os resultados aferidos no documentário demonstram um espaço social no qual a constituição de si reflete a emergência de diversos modos de estratificação social, pelos quais a infância deve ser encarada como uma condição perfilada pela interseccionalidade. Os graves problemas enfrentados por crianças e jovens que trabalham nos lixões, apresentam-se como uma realidade cruel de uma exceção geracional. Conclui-se que os ambientes vivenciados na infância, os espaços que às crianças estão compreendidas as diferem e impactam nos processos de subjetivação. Além disso, observa-se a importância da intervenção estatal para a proteção integral e garantia dos direitos infanto-juvenil, com a finalidade de favorecer o desenvolvimento intelectual, social e cultural da criança. Dessa forma, deve-se privilegiar a garantia dos direitos sociais preconizados constitucionalmente, especialmente o direito à educação, propiciando um aprendizado multidisciplinar que englobe a Educação Ambiental.

Palavras-chave: : Infância. Processo de subjetivação. Lixão. Childhood. Subjectivation process. Dumping ground.

INTRODUÇÃO

O título desse artigo sinaliza a ideia inicial de pesquisa que foi apresentada no SIPPE em 2021, que almejava estudar os processos de subjetivação da infância no contexto da Educação, explorando as experiências a partir da escola e do lixão. Dessa forma, os primeiros passos metodológicos, concentravam-se numa visita à Escola Municipal (“Escola do Lixão”) e em uma entrevista com a professora responsável pela gestão da unidade educacional, que se mostrou disponível para apresentar informações a respeito do processo de escolarização, o perfil dos alunos (total de 30 estudantes), o trabalho de Educação Ambiental desenvolvido e a vinculação dessas crianças com o lixão.

O planejamento inicial também incluía uma segunda etapa de entrevistas, a ser efetivadas com as crianças. No entanto, devido a declaração de Pandemia (2020) e o fechamento total dos serviços não essenciais, que incluía as escolas, os planos foram adiados. Além desse acontecimento, outro episódio inviabilizou a execução da pesquisa nos moldes iniciais, que foi o encerramento do Lixão de Itabuna-BA, sucedido em maio de 2021. O fechamento atendeu a uma determinação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabeleceu que todos os lixões do país deveriam ser extintos.

Diante dos empecilhos elencados, um novo trajeto de pesquisa foi elaborado com o intuito de manter o propósito de estudar a realidade de crianças que trabalham e vivenciam a realidade do lixão, viabilizando a análise dos processos de subjetivação percebidos nesse contexto e suas implicações. Dessa forma, optou-se por acessar essa realidade por meio da literatura e da análise documental de material audiovisual que abordasse o universo do lixão e das crianças catadoras, especialmente aqueles documentados na região Nordeste, com uma realidade aproximada da nossa localidade. Adotou-se o seguinte título para a pesquisa: *Processos de Subjetivação e Educação Ambiental: experiências de si e de infância a partir de documentário sobre a (re)-existência de crianças em lixões no Brasil*, trabalho que é parte integrante da minha dissertação de mestrado que foi desenvolvida e adaptada para o presente artigo.

Os problemas ambientais mostravam-se acentuados e manifestos em diferentes áreas da natureza, como na poluição atmosférica, do solo, dos rios e mananciais, escassez de recursos e na produção exacerbada de lixo. Os movimentos ambientalistas passam a reforçar essa realidade e fazer pressão para um manejo adequado do meio ambiente, ativismo que segundo Silva e Carneiro (2017) foi fundamental para ascensão da

Educação Ambiental nas décadas de 60 e 70. Desde então, ocorre o fortalecimento da Educação Ambiental e o delineamento educativo da temática, que de acordo com Dias (2013), significava empregar a Educação Ambiental como eixo central das ações no mundo em defesa do meio ambiente.

Dessa forma, a Educação Ambiental assume o protagonismo como uma estratégia para o enfrentamento dos problemas ambientais, especialmente potencializando o papel crítico e transformador da Educação no despertar da sociedade para um comportamento consciente. Conscientização e enfrentamento, particularmente, no que diz respeito a questão do lixo, que tem lugar de destaque na problemática sujeito-natureza por ser uma demanda exponencial e que ocasiona extensos impactos ambientais socioambientais. Dimensionando, o Brasil produz anualmente, 79 milhões de toneladas de lixo, sendo que a maior parte desses resíduos são descartados na natureza, em terrenos denominados como Lixão, sem nenhum manejo ambientalmente adequado (ABRELPE, 2020).

O Lixão engloba diversos problemas que extrapolam o âmbito ambiental, pois as contendas perfilam o campo social, econômico, cultural e ético. Milhões de toneladas de resíduos, de todas as categorias, são descartadas nessas áreas e tornam-se uma fonte de renda, de alimento e de sobrevivência de milhares famílias brasileiras em vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar. Nesse cenário de degradação socioambiental que configura o Lixão, crianças reviram o lixo buscando produtos recicláveis, alimentos, brinquedos e qualquer fonte de renda.

Em contrapartida a criança é vista como sujeito de direitos e ativa no processo de construção e transformação da sociedade, devendo, de acordo com a legislação brasileira, ser amparada e protegida pela família, pelo poder público, pela comunidade e sociedade, de forma a garantir os “(...) direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990, Art. 4º). A legislação também contempla que nenhuma criança deverá ser alvo de “(...) negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, Art. 5º).

Conforme observado, persiste um abismo entre o que normatiza as leis e o que é presenciado na prática. Evidencia-se que as crianças não compartilham do mesmo contexto de infância, visto que os distintos espaços estruturais os quais estão

compreendidas as diferenciam como ser social e histórico. Por essa razão, Souza, Sobrinho e Herran (2017) aludem a necessidade de entender a criança e a infância a partir do espaço em que estão inseridas, identificando que a criança influencia e é influenciada pelo ambiente e suas vivências. Desse modo, indaga-se: o Lixão e a Educação como contexto e componentes de subjetivação da infância, impactam em que medida e forma para a constituição de crianças que vivenciam esses espaços?

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar os processos de subjetivação de crianças a partir dos impactos gerados pela vivência no Lixão e na Educação, a partir do documentário *Infância Roubada*, realizado no Ceará (2021). Especificamente, os objetivos são: a) Abordar a Educação Ambiental enquanto um processo que permite à criança construir um conhecimento transversal e crítico sobre si e o meio ambiente; b) Apresentar a realidade de crianças em vulnerabilidade socioeconômica e ambiental que vivenciam a dinâmica dos lixões; e c) Ponderar sobre os processos de subjetivação da criança, a partir de um contexto de infância marcado pela Educação e pelo Lixão.

Essa pesquisa justifica-se tanto pela sua relevância científica, quanto social. No contexto científico, tal estudo reflete a possibilidade de correlacionarmos a experiência da educação ambiental e os processos de subjetivação da infância a partir do contexto do documentário *Infância Roubada* que reflete a dinâmica de tais processos no contexto dos lixões. Do ponto de vista social, essa pesquisa reflete a necessidade de se estruturar uma análise sobre um tema relevante para os desafios vivenciados pela sociedade brasileira na contemporaneidade.

MÉTODO DO ARTIGO

A emergência da Pandemia e o fechamento do Lixão de Itabuna-BA em maio de 2020, alterou o objeto da pesquisa, que deixou de ser um trabalho de campo para ser documental. Nesse percurso de mudança, começamos a ponderar como trabalhar esse contexto de crianças no Lixão e na Educação diante da impossibilidade de estudar in loco, pois cabe destacar que além da descontinuidade do vazadouro, as instituições escolares municipais permaneceram em funcionamento remoto. Dessa forma, optou-se por analisar registros audiovisuais relacionados ao Lixão, que por essência representam o descarte, o

manejo inadequado dos resíduos sólidos e sérios problemas ambientais e de saúde, razões que introduziram a questão do lixo na pauta da Educação Ambiental.

Além desse primeiro critério de inclusão, ser ambientado no Lixão, os conteúdos visuais também deveriam abordar a presença de crianças nessa conjuntura. O entendimento estava associado que, ao retratar esse cenário de degradação socioambiental envolvendo crianças, numa experiência de infância precarizada, os materiais audiovisuais forneceriam subsídios que possibilitariam avaliar os elementos de subjetivação atrelados a essa experiência e significar em que medida as crianças poderiam ser impactadas no seu processo de construção. Somado a esse respaldo documental, o trajeto de pesquisa conta com a contribuição da literatura para conduzir a leitura do processo de subjetivação e Educação Ambiental.

O próximo critério de busca foi delimitar que os conteúdos audiovisuais fossem baseados em fatos reais. As buscas resultaram em oito produções audiovisuais, 2 filmes (Lixo Extraordinário e Ilha das Flores) e 6 documentários filmados nos lixões de Corumbá, Recife, Parnaíba, Brasília, Ceará e Gramacho. Assistindo aos vídeos e pautando as informações preliminares adotamos como critério de exclusão: documentos que não tivessem o foco nessa vivência infantojuvenil e que não privilegiassem a realidade da região Nordeste, inviabilizando traçar um paralelo com a realidade local, além disso, a data de realização no período pandêmico atual. Dessa forma, selecionamos o documentário: *Infância Roubada*, realizado no Ceará (2021).

Nesse contexto, podemos caracterizar este estudo como pesquisa documental empregada como processo de investigação científica. A análise documental tem como fonte e objeto de estudo, a investigação dos documentos, estando relacionada ao caminho da produção humana, suas relações e representatividades, sendo os estudos dessa natureza categorizados “como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde esses ocorrem e do qual faz parte” (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 57), os quais evidenciam a essencialidade do investigador para extrair as informações, pois deve ser capaz de selecioná-las, tratá-las e interpretá-las, permitindo a interação com sua fonte.

Embasados por Cellard (2008) e Evangelista (2012) respaldamos a escolha do material audiovisual como recurso de observação. A modalidade representa na sua prática investigativa trabalhar o documento, que como fonte de pesquisa, pode apresentar diversas roupagens, que não estão limitadas ao texto escrito ou aos arquivos oficiais, mas privilegiam uma abordagem ampla do conceito de documento, tais como fotografias,

pôsteres e vídeos (CELLARD, 2008). Evangelista (2012, p. 8) completa que os documentos são obras de conhecimentos elegíveis, “(...) expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídos pelo e constituintes do momento histórico (...)”, e frisa que todos eles à sua maneira são importantes.

A partir dessa etapa, com base na análise de imagens e de transcrições das falas de crianças com vivência nos lixões destacados no documentário selecionado para esta pesquisa, foram criadas seções para discutir esses temas com base nos processos de subjetivação. Desse modo, a finalidade da pesquisa foi analisar os componentes de subjetivação percebidos nesse contexto de infância e de degradação socioambiental, apresentando os significados da vivência no lixão na nos processos de subjetivação da infância como ser social.

MARCO TEÓRICO

A concepção de infância foi historicamente construída. Essa construção espelhava os ideais sociais de seus respectivos períodos que, até a modernidade, não projetavam a representatividade e relevância intelectual, cultural, política e social da criança (KRAMER, 2006). Na modernidade, o desenvolvimento infantil passa a ser avaliado, mas é a partir do século XX que se intensificam os estudos e amplia-se o conhecimento sobre a infância. A partir de então, passa-se a entender a criança como uma personalidade social e histórica, produtora de cultura e como sujeito de conhecimento (SARMENTO, 2002). Dessa forma, observa-se a inserção das crianças na estrutura organizacional da sociedade, como sujeitos ativos no processo de estruturação do próprio contexto social.

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, o Estado passa a avaliar à criança e ao adolescente de forma global, destinando tratamento prioritário e relevante, respeitando-os como sujeitos de direitos, numa perspectiva de amparo e responsabilidade compartilhada, que lhes garanta prerrogativas “referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990, Art. 4º).

Os avanços prosseguem e o Brasil promulga o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069 (BRASIL, 1990). O ECA, amplia e reforça os direitos da população infanto-juvenil (pessoa até 18 anos de idade), apresentando em seu texto uma concepção política e social, onde todos compreendidos nessa faixa etária passam a

ter amparo integral e a garantia de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, disposições asseguradas por lei ou por outros intermédios, “(...) a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990, Art. 3º).

Nesse sentido, destaca-se que algumas bases como saúde, um bom ambiente familiar, nutrição e educação de qualidade possibilitam o desenvolvimento integral da criança. Além disso, as relações que a criança estabelece desde o seu nascimento, tudo que elas experienciam e aprendem, fruto desses relacionamentos socioafetivos, caminham paralelamente ao processo de desenvolvimento e aprendizagem infantil (COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA, 2014). Os autores completam que a constituição do sujeito sofre interferência de diversos aspectos, estando subordinada a flexibilidade e a dinâmica contida nas suas vivências e em fatores genéticos, ambientais e em decorrência da sua própria interação e conduta diante desses aspectos.

No que se refere ao cenário desta pesquisa, apresenta-se uma conjuntura na qual às crianças estão inseridas em um contexto que não é favorável para o seu desenvolvimento integral e saudável, considerando que o meio possui forte influência em seu crescimento cognitivo, social e emocional. O ambiente dos lixões reúne várias condições que configuram como fator de risco para o desenvolvimento da criança, as quais iremos abordar no decorrer deste estudo. Mas antes de tratarmos dessa particularidade, explana-se os processos de subjetivação da infância.

Compreende-se que o processo de subjetivação na infância decorre dos discursos e práticas que perfilam a sua constituição enquanto sujeitos. Endossando o conceito de Foucault, REVEL disserta que (2005, p. 85) “(...) no curso de sua história, os homens jamais cessaram de se construir, isto é, de deslocar continuamente sua subjetividade, de se constituir numa série infinita e múltipla de subjetividades diferentes, que jamais terão fim e que não nos colocam jamais diante de alguma coisa que seria o homem”. A interpretação do sujeito como um ser mutável, multifacetado e concebível em conformidade com as situações e funções delineadas na sociedade.

Foucault (2004, p. 275) apresenta “(...) a constituição histórica dessas diferentes formas de sujeito”. É nesse contexto mutável e universal que é reconhecido que os modos e formas plurais atuam no processo de subjetivação do sujeito. Revel (2005, p. 85), ao refletir sobre a produção histórica e política da subjetividade reitera essa questão pontuando que, “(...) se o sujeito se constitui, não é sobre o fundo de uma identidade

psicológica, mas por meio de práticas que podem ser de poder ou de conhecimento, ou ainda por técnicas de si”. Revel (2005) salienta nesse enunciado que a subjetivação não ocorre por uma única via, fórmula e ocasião.

Os discursos, funções e práticas que permeiam o sujeito são dinâmicas, consonantes com o contexto histórico vigente e representados por múltiplos componentes de subjetividade ativos e difundidos no campo social, cita-se a tecnologia, a mídia, o trabalho, o capital, a ciência, a linguagem, as instituições, especialmente, a familiar, estatal e escolar, e muitos outros elementos partícipes de conexão e de controle social que atuam na percepção do indivíduo. É nesse cenário de dinamicidade e variação que os processos de subjetivação se moldam e se reinventam na sociedade (MANSANO, 2009).

Dessa forma, esta pesquisa almeja analisar os campos das experiências de construção da subjetivação da infância que vivem no lixão, avaliando quais os componentes de subjetivação incidem sobre elas e de que maneira essa produção é perfilada por questões como o trabalho, a família e a educação, particularmente a Educação Ambiental, que será trabalhada com a finalidade de embasamento desse percurso.

A emergência da Educação Ambiental (EA) pode ser analisada a partir dos movimentos ambientalistas, que de acordo com Silva e Carneiro (2017) tiveram início nas décadas de 60 e 70 do século passado, quando passaram a convocar a sociedade, como um todo, para a elaboração e implementação de ações voltadas a preservação do meio ambiente. No Brasil, a Constituição Federal estabeleceu diretrizes e normas fundamentais para a preservação ambiental, versando no Art. 225º: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Posteriormente, adota-se uma pedagogia ambiental trabalhada em todos os campos do conhecimento e espaços formais e não formais, a Educação Ambiental passa a ser percebida como uma ferramenta de independência da população. A conquista de consciência e atitude ambiental seria capaz de promover a formação de sujeitos críticos e preocupados com sua realidade e com a transformação social (TORRES; FERRARI; MAESTRELLI, 2014). Nesse contexto, explora-se a Educação Ambiental na Educação Infantil, um espaço propício para essa difusão do conhecimento, em virtude da normalização do ensino infantil que é obrigatório e do reconhecimento da criança como sujeito de direitos e o seu potencial de desenvolvimento.

Portanto, a Educação Infantil não só integra, mas é parte fundamental do processo educativo, pois trata-se de uma etapa da vida na qual as vivências e os conhecimentos são produzidos. Nesse prisma, entende-se que essa etapa educacional promove a potencialização da aprendizagem e do desenvolvimento infantil. Desse modo, a criança passa a ser percebida num contexto de infância que requer maior compreensão e incremento em relação a sua individualidade, representação histórica e participação nas transformações sociais futuras.

A questão ambiental é intrínseca ao sujeito, permeia suas ações em todos os ramos de atividade e esferas sociais, o que torna crucial o conhecimento sobre o ambiente que integra, atua e transforma, para que seja possível a constituição de indivíduos conscientes da natureza, do desenvolvimento responsável e da sua função social. Medeiros et al. (2011) descrevem que Educação Ambiental perfila o meio ambiente, levando o sujeito a obter uma nova visão sobre ele e se tornando um agente que irá transformar as relações entre a cultura, a sociedade e história. Acrescentam que o despertar da consciência ambiental do sujeito pode ocorrer quando ele passa a compreender que o meio-ambiente permeia o meio histórico, cultural, social, econômico, entre outros aspectos, incluindo o conhecimento de sua responsabilidade na gestão ambiental.

Abordando a questão da gestão ambiental, particularmente na questão do lixo, observa-se que o processo de industrialização da sociedade moderna levou a produção acelerada de resíduos sólidos. Dessa forma, Eigenheer (2009, p. 76) cita que ocorre “(...) a incrementação do consumo de massa, que os resíduos sólidos domésticos passam a ganhar destaque e grande visibilidade, devido à quantidade e à complexidade da produção industrial”. É a partir desse momento que o lixo toma proporções alarmantes e suscitando sérios problemas no âmbito ambiental, social e da saúde.

Para apresentar uma dimensão real do panorama, abordamos dados estatístico importantes: a população mundial, na atualidade, contabiliza 7,9 bilhões habitantes, segundo informação do site de referência Worldometer (2021), e o volume total de lixo produzido por ano, no mundo, é de 2.01 bilhões de toneladas segundo levantamento do Banco Mundial (2018). No Brasil o cenário não é diferente, o país produz, anualmente, 79 milhões de toneladas de lixo, segundo o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, elaborado pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública (Abrelpe). Desse volume, o Nordeste responde pela produção de 19.700.875 (dezenove milhões, setecentos

mil e oitocentos e setenta e cinco) toneladas/ano e a Bahia por 5.071.310 (cinco milhões, setenta e um mil e trezentos e dez) toneladas de lixo por ano (ABRELPE, 2020).

No entanto, o Brasil não consegue oferecer uma destinação adequada ao lixo produzido, que de acordo com Eigenheer (2009) continuou precária no país até 2009, momento que cerca de 50% do lixo gerado era encaminhado a vazadouros ou lixões. A questão do lixo permanece sendo um sério problema neste século, no entanto, o Brasil dá um passo importante no âmbito do gerenciamento de resíduos sólidos, ao estabelecer a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), situada pela Lei nº 12.305 de 2010, que institui diretrizes para uma administração integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos (BRASIL, 2010, Art. 4º).

As providências e determinações elencadas na Política Nacional de Resíduos Sólidos são ambiciosas e assumem, na teoria, um compromisso unificado de dar a devida importância ao lixo, entre as quais a determinação de um prazo (quatro anos) para que todos os municípios brasileiros extingam os lixões e passem a dar uma destinação adequado aos resíduos produzidos. No entanto, findado o prazo de regulação, em 2 de agosto de 2014, para que os lixões de todo o Brasil fosse extinto, quase 60% dos municípios não cumpriram a determinação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A falta de gestão dos resíduos sólidos produzidos persiste na atualidade, muitos municípios continuam despejando o lixo no meio ambiente sem nenhum critério de tratamento. Panorama que acarreta sérios danos ambientais, como a contaminação atmosférica, da água, do solo, dos lençóis freáticos, além de ocasionar uma série de doenças. Todavia, a realidade dos lixões não se resume ao cenário de degeneração ambiental, também deflagra um cenário de degradação humana, representado pela rotina dos catadores de lixo e suas famílias, incluindo crianças, que estabelecem uma rotina de trabalho, de busca por alimento e de sobrevivência nesses espaços. Nessa perspectiva, a atividade de catação dos resíduos recicláveis representa uma das realidades mais cruéis da organização da sociedade do século XXI. Existência pautada na marginalização e precarização das condições de vida, trabalho e saúde.

Na concepção de Pochmann et al. (2004, p. 33) a marginalização e a exclusão social configuram um cenário complexo decorrente dos fenômenos sociopolíticos e econômicos que está atrelado a carência de recursos e suportes fundamentais “(...) como à existência de segmentos sociais sobrando de estratégias restritas de desenvolvimento socioeconômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, da seguridade e segurança pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente”. Dessa forma, comunidades

marginalizadas têm a sua própria dinâmica social que vigora independente da sociedade que as colocam a margem.

O expediente do Lixão afeta diretamente a vida de homens, mulheres e crianças catadores, que são expostos à insalubridade do ambiente, a uma rotina de trabalho extenuante, a acidentes frequentes e aos conflitos, fruto das relações tempestuosas ali estabelecidas. No que diz respeito aos desdobramentos ambientais e de saúde humana, cita-se os impactos desses poluentes do Lixão que se manifestam em vários aspectos. De acordo com Cavalcante e Franco (2007) os agentes danosos, ao quais os catadores estão expostos, decorrem do meio ocupacional, atividade de revirar o lixo sem a devida proteção; do meio ambiental, da propagação de agentes contaminantes provenientes de restos de comida, animais mortos, poluição dos lençóis freáticos, emissão do gás metano, produzido pela decomposição do lixo orgânico; e do meio alimentar, em consequência do consumo de restos de alimentos.

Em contrapartida, a função desempenhada pelos catadores de lixo é fundamental no quesito ambiental, pois sua força de trabalho é emblemática no que diz respeito ao processo de reciclagem. Dessa forma, os catadores participam de uma engrenagem de marginalização ao mesmo tempo que integra o ciclo da coleta seletiva e reciclagem no Brasil, uma dupla razão para que os gestores, particularmente os municipais, passem a se mobilizar em prol dessa parcela da população, especialmente das crianças, que tem seus direitos garantidos pela Constituição (BRASIL, 1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que explicitam que toda criança tem os direitos básicos de viver, de desenvolver-se saudavelmente, de educar-se e de receber proteção, independente do contexto de infância que estejam inseridas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A finalidade deste capítulo é discutir as impressões e dados obtidos a respeito da atuação de crianças e adolescente no ambiente do lixão, quanto aos problemas socioambientais das áreas onde vivem e expressam suas ações, buscando revelar as concepções socioambientais, econômicas, sanitárias e dos processos de subjetivação por meio das experiências de si e de infância. A princípio caracterizam-se esses aspectos utilizando as ilustrações e os discursos contidos no documentário *Infância Roubada*, realizado no Ceará (2021), formato audiovisual. A partir daí, propõem-se uma análise qualitativa das imagens e do conteúdo evidenciado, mesclando com as contribuições de Foucault sobre a produção da subjetividade do sujeito que são pautadas, sobretudo, nas suas práticas, que neste caso específico ocorre na infância e com experiências próprias, individualizadas no seu processo constitutivo.

O trabalho infantil em lixões é retratado no documentário *Infância Roubada*. O Ceará é o oitavo Estado brasileiro em número de lixões e aterros irregulares no país, onde são depositadas, diariamente, cerca de 4 mil toneladas de resíduos (ABRELPE, 2020). Dados da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia (ME) revelam que, em quase todos os lixões do Estado, existe trabalho infantil. O chefe de inspeção do Ministério da Economia, Daniel A. Leão Barreto, aponta que, majoritariamente, nas áreas periféricas, com moradores em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que são próximas de lixões, foi detectado o trabalho infantojuvenil nesse contexto de despejo irregular de resíduos, o qual é proibido para menores de 18 anos (DOCUMENTÁRIO INFÂNCIA ROUBADA, 2021).

Nesse aspecto, um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre trabalho infantil no Brasil, realizado em 2019, constatou que, 1 milhão e 800 mil crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, trabalhavam de alguma forma nos lixões. Particularmente em Pacajus, região metropolitana de Fortaleza com cerca de 73.000 habitantes, crianças e adolescentes vivenciam o ambiente do lixão, num contexto de insalubridade e vulnerabilidade socioeconômica que em nada lembram o projeto democrático de infância disposto na Constituição brasileira de 1988 e no ECA de 1990, o qual trata sobre acolhimento integral, proteção e garantia de direitos fundamentais visando o desenvolvimento, dignidade e bem-estar de crianças e adolescentes (BRASIL, 1990).

No lixão de Pacajus crianças e adolescentes se misturam ao amontoado de lixo na busca por material para reciclagem, brinquedos e comida. Esse cenário passa a ser

abordado a partir de depoimentos de catadores que atuam em Pacajus, onde 56 famílias sobrevivem do trabalho no lixão, com uma renda arrecadada que fica em torno de R\$ 200,00 a R\$ 500,00 por mês. De acordo com o IBGE mais de 100 milhões de brasileiros vivem com até R\$ 438,00 por mês, menos da metade do salário-mínimo em vigor. Dado que evidencia uma situação socioeconômica desfavorável, somada ao trabalho no lixão, que retrata também a questão do lixo, grave problema ambiental e de saúde, junção que coloca crianças e adolescentes numa experiência de si e de infância precarizada que pode impactar no seu processo de subjetivação, de constituição como sujeito.

Os primeiros relatos do documentário apresentam o retrato de uma família composta por um casal e três filhos, crianças entre 3 e 11 anos de idade, todos atuantes no lixão, cumprindo um expediente de cerca 10h diariamente para obter o sustento. Os testemunhos têm início com o relato da filha do casal, uma menina de 9 anos, identificada nesta pesquisa como C1, que foi perguntada sobre o motivo de sua presença no lixão, qual o tipo de lixo vasculhado, a razão de estar ali e sua visão sobre as dificuldades vivenciadas nesse ambiente. C1 respondeu que estava ali para trabalhar, para catar produtos para reciclagem, “(...) eu ando no meio do lixo pego as coisas e coloco dentro do saco, latinha, plástico e ferro”. O objetivo central informado por ela foi o de ganhar dinheiro para ajudar os pais a pagar o aluguel.

C1 quando indagada sobre qual a maior dificuldade do ambiente do lixão, respondeu dizendo: “(...) a lama, porque a lama mela os pés e fica com micose”. Também foi perguntado onde ela gostaria de estar, disse que “(...) em casa, tomando banho, lavando os pés”. Essa última fala reforça o quanto a lama e as doenças provenientes dessa vivência impactam no seu processo de constituição, uma vez que vivenciando o lixão seu primeiro pensamento foi estar em casa, segura, banhada e com os pés limpos. Em meio ao diálogo, notou-se C1 com um laçarote vermelho, pelo qual demonstrou satisfação em estar usando, o acessório que, segundo a mesma, encontrou no meio do lixo. Percebe-se na maneira que ela fala do seu “cocó”, nome em que faz referência ao penteado utilizado, e na forma que ela se inclina para mostrar o laço, um traço de infância, o desejo de se arrumar com vestimentas e adereços próprios de uma criança da sua idade, com mais oportunidades socioeconômicas.

A rotina do irmão mais velho de C1, uma criança de 11 anos, é ainda mais puxada, pois o seu trabalho realizado no lixão tem início às 6h. A tarefa consiste em vasculhar uma infinidade de sacos sob o sol quente, rodeado de mosquitos, lama e dos perigos encontrados nos resíduos. C2, como o nomeamos, relata seus afazeres no lixão

de Pacajus: “(...) catar material, juntar, juntar no saco, né, no berg”. O trabalho é realizado sem qualquer proteção, as mãos e os pés ficam totalmente expostos aos diversos perigos do ambiente. Ao ser perguntado se já havia se machucado, C2 respondeu afirmativamente, dizendo ter cortado a mão com vidro de garrafa e copo. Experiência vivenciadas por seus irmãos, que segundo ele também se feriram com pregos, vidro e ferro velho.

A partir das imagens e do relato de C2 sobre sua experiência e de seus irmãos uma médica, M1, ouvida pela reportagem ponderou sobre a insalubridade do ambiente, citando os principais riscos à saúde vivenciados no lixão:

Uma pele que tá ferida, machucada, com cortes e ali a terra, o lixo é tudo sujo, já meio embolorado, tudo isso é muito facilitador para tétano, podemos ter o risco de infecções intestinais por bactérias que estão no solo, por contaminação de fezes e a gente contamina a mão e põe na boca, ter quadros de diarreias que podem ser graves (DOCUMENTÁRIO INFÂNCIA ROUBADA, 2021).

Essa citação respalda as colocações de Cavalcante e Franco (2007) que discorrem sobre a exposição dos catadores de lixo aos riscos inerente a esse meio ocupacional, uma vez que diversos agentes danosos integram o ambiente do lixão, citando: as lesões ocasionadas pela manipulação do lixo sem equipamentos de proteção, a proliferação de agentes contaminantes provenientes de restos de comida, animais mortos, fezes, da poluição dos lençóis freáticos, de gás metano e do consumo direto de restos de alimentos estragados.

A educação e as perspectivas de futuro também foram temas abordados na investigação, questões que foram respondidas por C2. Segundo ele, antes da Pandemia do novo Coronavírus os três irmãos ficavam parte do dia na escola, mas com o fechamento das unidades escolares passaram a ficar mais de 10h no lixão. Os estudos passaram a ocorrer de forma online, visto que os irmãos se revezavam no uso de um aparelho celular que pertence a mãe, sendo a prioridade de acesso às aulas, do irmão caçula. Percebe-se que mesmo em um contexto precarizado no que diz respeito a condição socioambiental e econômica, além do cenário pandêmico, que produziu o déficit educacional relevante, as crianças estavam matriculadas e mantendo os estudos, mesmo de modo insatisfatório.

O brincar é abordado no documentário, visto que à atividade está intrinsecamente associada ao universo infantil, mesmo num cenário em que crianças trabalham para auxiliar nas despesas de custeio de moradia, alimento, vestimentas, entre outras demandas

provenientes de suas famílias. Imagens e relatos capturados no documentário, abordam essa faceta da infância junto as crianças ali presentes. C2, aparece no filme manipulando um controle de videogame que encontrou entre os resíduos, objeto que ele não descartou e nem colocou nos casos de coleta, mas manteve em mãos manuseando os botões. Outra cena gravada flagrou uma garotinha brincando com uma boneca que encontrou no lixão.

No decorrer da infância, a criança tem por atividade principal o brincar, fase que colabora com a constituição de sua subjetividade. Abstração que está relacionada ao processo criativo da criança, pois o brincar proporciona que os acontecimentos sejam recriados e repensados. Dessa forma, torna-se possível que na ação de brincar, “(...) os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparentam ser (...)”, ou seja, a articulação ente a imaginação e a reprodução da realidade (BRASIL, 1998, p. 27). Essas significações conferidas ao brincar remetem a um espaço particular na construção infantil, o qual as crianças absorvem as experiências e interioriza uma apreensão peculiar em relação aos sujeitos, aos sentimentos, a si mesmas e a diversas aprendizagens.

Seguindo com a abordagem dessa realidade de crianças e adolescentes no lixão de Pacajus, destacamos a história de J, uma jovem catadora de 20 anos, mãe solo de três crianças (com idades entre 6 e 1 ano e meio) e grávida de nove meses do quarto filho. De acordo com ela, o lixão é a sua realidade desde que tinha 9 anos de idade, rotina vivenciada na companhia da mãe. Transcorrido 11 anos, J repete o mesmo roteiro todos os dias na companhia dos filhos, citando que sem o trabalho de catadora no lixão as crianças não teriam o que comer e onde morar. Ela conta que, por realizar o serviço com a caçula no colo não consegue renda superior a 200 reais por mês, complementando com doações e alimentos que encontra no lixo.

J interrompeu os estudos aos 12 anos de idade, sem ao menos completar o Ensino Fundamental, pois destinou seu tempo e força de trabalho para ajudar sua mãe, que também criou os filhos (oito) sem o auxílio paterno. Três deles, incluindo J, trabalham no lixão de Pacajus, situação corriqueira, pois muitas crianças ajudam seus pais catando resíduos e compartilham das mesmas mazelas. A maioria dos pais alegam não ter com quem deixar as crianças, que as escolas estão fechadas e que não têm acesso a outra atividade que lhes proporcione alguma renda.

Nesse contexto, Ana Carolina Fonseca, oficial de Proteção à criança do Unicef Brasil, salienta no documentário a importância da reabertura segura das escolas, devendo ser uma prioridade nas políticas públicas do país, “(...) essa crise, essa situação que muitos

pais relatam mostram como a educação presencial é importante, ainda que essa reabertura aconteça em formatos híbridos e de forma adaptada, manter o vínculo com a educação é fundamental” (DOCUMENTÁRIO INFÂNCIA ROUBADA, 2021). Além disso, o aspecto socioeconômico foi considerado por Ana Carolina, pois sem viabilidade de sustento dessas famílias, elas não podem garantir o direito à educação de seus filhos, com isso a necessidade de amparo das mesmas pelo Estado.

J relata a tristeza que é ver a história se repetindo na vida dos seus filhos, que esse caminho jamais seria uma escolha, mas fruto da ausência de outras alternativas de sobrevivência. No documentário o inspetor do Ministério da Economia, Daniel A. Leão Barreto, acrescenta que no lixão “(...) você vê crianças que não têm perspectiva de vida nenhuma, porque ali ela não vai ter nenhuma qualificação, vai ter provavelmente uma saúde limitada, ou seja, vai ter uma sobrevida, a expectativa de vida vai ser muito diminuta porque ela vive num ambiente insalubre” (DOCUMENTÁRIO INFÂNCIA ROUBADA, 2021).

A equipe do documentário se desloca até Horizonte, município de 55 mil habitantes localizado a 7km de Pacajus. Logo na chegada, flagrou-se dois adolescentes e a reportagem iniciou uma nova rodada de entrevistas. Procurou-se conhecer um pouco da dinâmica de vida de dois jovens de 16 anos de idade, A1 e A2. O adolescente A1 realiza as tarefas no lixão acompanhado do pai, que por sua vez, trabalha como catador desde os 17 anos de idade, um indício que as histórias se repetem em uma herança maldita passada por gerações. O jovem A2 é um amigo da família e os acompanha nessa empreitada. Fazendo uma síntese das informações fornecida por A1 e A2, destaca-se a necessidade de trabalhar no lixão pelo menos duas vezes por semana e as dificuldades encontradas para estudar.

Os adolescentes chegam no lixão de Horizonte as 7h, trabalham durante todo o dia e retornam pra casa no final da tarde. A intenção é complementar a renda da família e comprar itens de consumo pessoal. Os meninos disseram que pretendem trabalhar no lixão até as aulas começarem, ambos estão estudando e tentam acompanhar as aulas remotamente, tarefa que eles alegam complicada pela falta de recursos. No entanto, deixar de estudar não está nos planos deles, A2, sonha em ser cientista e conhecer o mundo, e ambos almejam a possibilidade de trabalhar no mercado formal, em melhores condições.

Mapeando as cidades apontadas no relatório da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, o qual foi cedido à equipe de reportagem do documentário, que indicava a existência de trabalho infantil nos lixões, segue-se para o município de Aracati,

localizada a 120km de Pacajus. Logo na chegada, o lixo, os urubus e a quantidade de insetos deixam a equipe do documentário impressionada. Em Aracati, a realidade não foi diferente das demais localidades, o lixão da cidade abastece 70 famílias, que sobrevivem do que encontram nesse espaço, entre elas, crianças e adolescentes. A reportagem flagrou dois adolescentes de 14 anos, pertencentes à mesma família, trabalhando no lixão.

Os meninos, A3 e A4, trabalham 7 horas por dia, de segunda a sexta-feira, desde os oito anos de idade. Conseguem levantar uma renda mensal que varia entre 300 e 400 reais, quantia destinada a ajudar a família. O senhor F, de 81 anos, é pai e avô dos adolescentes e disse encarar com naturalidade o trabalho no lixão, ocupação bastante normalizada em sua família, dos seus 38 filhos, 12 tiram o sustento trabalhando na coleta de resíduos. Pensamento que é ratificado pelos adolescentes, os dois disseram que não sentem vontade de deixar o lixão e que já estavam acostumados com aquela vida.

Na configuração histórica da atualidade as crianças, passaram a ter destaque e relevância na estrutura social, uma vez que se passou a estudar as múltiplas facetas do seu desenvolvimento, os condicionantes indispensáveis para que suas potencialidades sejam alcançadas, os ambientes em que elas estão inseridas e que as impactam; seus níveis de interatividade e aprendizagem a partir dos seus processos de subjetivação. Todos esses fatores e as circunstâncias que se apresentam incidem na configuração sócio-histórica da criança, seus significantes produz marcas e pautam sua constituição, num movimento contínuo e paralelo ao seu trajeto de construção.

Isso posto e avaliando tudo que foi mostrado e dito no documentário, percebe-se que as condições vivenciadas contrariam o ideal de proteção integral que envolve o público infantojuvenil e representam experiências de si muito particularizadas quando se imagina o contexto de infância e da vivência no lixão. Sarmiento (2004) argumenta que, não se deve avaliar uma equidade de infância, mas considerar sua diversidade, pois ao apresentar a questão para o momento histórico e social vivenciado as nuances que deflagram as diferenças são evidentes.

Revel (2005, p. 85), pondera que a subjetivação não emerge por uma única via, fórmula e ocasião, mas ao refletir o conceito de sujeito/subjetividade em Foucault, reitera essa questão pontuando que, “(...) se o sujeito se constitui, não é sobre o fundo de uma identidade psicológica, mas por meio de práticas que podem ser de poder ou de conhecimento, ou ainda por técnicas de si”. Dessa forma, percebe-se que a construção da subjetividade dessas crianças e adolescentes que estão no lixão, vivenciando uma

condição socioeconômica e socioambiental particular, ocorrem de acordo com seu momento histórico social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do lixo é um grave problema, dos 79 milhões de toneladas produzidos anualmente no Brasil, 40% permanece sendo despejado nos lixões, mesmo vigorando a Política Nacional de Resíduos Sólidos, respaldada na Lei nº 12.305 de 2010, que determina: implantação de sistema de coleta seletiva; redução do lixo produzido; expansão dos índices de reciclagem e reutilização; e a extinção dos lixões ou qualquer disposição final ambientalmente inadequada de rejeitos pelos municípios brasileiros.

O lixão carrega em si, uma infinidade de problemas que vão além dos ambientais, as dificuldades perpassam pelo campo social, econômico, cultural e ético. Os lixões são a realidade de muitos municípios brasileiros, um cenário preocupante que evidencia um contexto de violação ambiental e de ordem social, em virtude na presença de milhares de pessoas em condição de vulnerabilidade, o que viola princípios da dignidade humana e da inclusão social.

Dentre elas, crianças e adolescentes, atores merecedores de atenção especial em razão de sua vulnerabilidade, fragilidade, hipossuficiência e à sua condição de seres em desenvolvimento, que nesse universo do lixo são submetidas a toda sorte de violações de direitos, apesar de já alçadas à categoria de sujeitos de direito por vários instrumentos nacionais e internacionais de proteção dos direitos humanos.

Os resultados aferidos no documentário demonstram um espaço social que ratifica que não existe uma equidade de infância, mas que a criança como ser social também integra diversos modos de estratificação social, o que a diferencia profundamente. Revelaram graves problemas enfrentados por crianças e adolescentes que trabalham nos lixões, com claros prejuízos no processo educativo e constitutivo, mostrando-se uma realidade cruel que se perpetua por gerações, sendo as experiências de si e no lixão determinantes.

Recomenda-se que as políticas públicas intensifiquem ações junto ao público infantojuvenil, especialmente, na perspectiva da educação para uma formação sólida, cidadã, que contemple a dimensão ambiental e socioeconômica por se tratar de um espaço propício para que os processos de desenvolvimento intelectual, social e cultural da criança ocorram.

REFERÊNCIAS

- ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2020**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://abrelpe.org.br/panorama-2020/>> Acesso em: 10 out. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, online, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm> Acesso em: 10 out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: online, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 10 ago.2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: online, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 10 ago. 2021.
- CAVALCANTE S.; FRANCO M. F. A. Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre catadores do Lixão do Jangurussu. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 211-231, mar. 2007.
- CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem**. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/IMPACTO_DESENVOLVIMENTO_PRIMEIRA%20INFANCIA_SOBRE_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 10 ago. 2021.
- DIAS, G. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2013.
- DOCUMENTÁRIO INFÂNCIA ROUBADA. Ceará: Record, 2021.
- EIGENHEER, Emílio Maciel. **A limpeza urbana através dos tempos**. Rio de Janeiro: S. Lobo, 2009.
- EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas, SP: Alínea, 2012.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: MOTTA, M. B. (Org.). FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 264-287.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Número de municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, online, 2021. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>> Acesso em: 10 out. 2021.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade. Brasília, DF, 2006.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, Bogotá, Colômbia, v. 14, n. 2, p. 55-73, julio-diciembre, 2015.

MANSANO, Sônia R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP, São Paulo*, v. 8, n. 2, 2009.

MEDEIROS, B. Aurélia, et al. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, set. 2011.

POCHMANN, Marcio et al. **Atlas da exclusão social no Brasil, volume 2**: dinâmica e manifestação territorial. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos básicos. Trad. de Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Imaginário e Culturas da Infância**. Instituto de Crianças. Projeto “As Marcas dos Tempos: a Interculturalidade nas Culturas da Infância”. Portugal: FCT, 2002.

SOUZA, Jhaína A. de Pontes e; SOBRINHO, Roberto S. Mubarak; HERRAN, Wallace C. S. Resignificando os conceitos de criança e infância. **Revista Amazônida**, Amazonas, Ano II, n. 3, 2017.

TORRES, J. R.; FERRARI, N.; MAESTRELLI, S. R. P. Educação ambiental crítico-transformadora no contexto escolar: teoria e prática freiriana. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; TORRES, Juliana Rezende (Org.). **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: CORTEZ, 2014.

WORLDOMETER. Estatísticas do mundo em tempo real. **População Mundial**. Online, 2021. Disponível em: <<https://www.worldometers.info/br/>> Acesso em: 10 out. 2021.